



SHARENTING E BIOÉTICA: VULNERABILIDADE SOCIAL E O BEM-ESTAR INFANTIL NO AMBIENTE VIRTUAL

*Milena Vieira de Souza¹, Sophis Ivantes Rodrigues², Larissa Holzmeister de Araujo³,
Lucas França Garcia⁴*

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. mivsouza00@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Psicologia, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista de iniciação Científica do CNPq sophiaivantes@hotmail.com

³Psicóloga, Mestranda em Promoção da Saúde, UNICESUMAR. Bolsista da CAPES. larihhz22@unicesumar.edu.br

⁴Orientador, Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, UNICESUMAR. Pesquisador, Bolsista. Email: lucas.garcia@unicesumar.edu.br

RESUMO

O sharenting — prática de compartilhamento de imagens e informações de crianças por seus responsáveis nas redes sociais — tem implicações éticas relevantes, especialmente quando observado em contextos de vulnerabilidade social. Apesar da crescente atenção ao tema, são escassos os estudos que abordam a questão a partir de uma perspectiva interseccional. Objetivo: Compreender como fatores estruturais como classe, raça, gênero, deficiência e território influenciam as práticas de sharenting e as percepções sobre privacidade infantil em grupos historicamente vulnerabilizados. Método: Estudo qualitativo, exploratório e interpretativo, baseado em entrevistas semiestruturadas com responsáveis por crianças em diferentes contextos de vulnerabilidade social. Os dados serão analisados por meio da análise temática de conteúdo, com apoio do software NVivo 15 e interpretação à luz da bioética da proteção e da abordagem interseccional. Resultados Esperados: Espera-se identificar narrativas e práticas de sharenting atravessadas por desigualdades estruturais, bem como estratégias locais de cuidado e resistência. Os resultados poderão subsidiar políticas públicas, ações educativas e estratégias comunicacionais voltadas à equidade digital e à proteção da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Bem-estar infantil; Bioética; Desigualdades; Sharenting.

1 INTRODUÇÃO

O sharenting, entendido como a prática de compartilhamento de informações, imagens e vídeos de crianças por seus responsáveis em plataformas digitais, tem sido amplamente discutido por seus riscos à privacidade, à segurança e ao bem-estar infantil (Blum-Ross & Livingstone, 2017). Contudo, grande parte da literatura ainda se concentra em contextos eurocêntricos e de classe média, desconsiderando como fatores estruturais — como raça, classe, gênero, deficiência e território — influenciam tanto as práticas quanto as consequências do sharenting (Lazard, 2022; Cataldo et al., 2022).

Grupos historicamente em estado de vulnerabilidade, como mães solo, mulheres negras, populações indígenas e moradores de territórios periféricos, vivenciam de maneira distinta os dilemas da parentalidade digital. Nesses contextos, o sharenting pode funcionar como estratégia de visibilidade, pertencimento ou mesmo denúncia de situações de vulnerabilidade, ao passo que também pode acentuar exposições indevidas e reforçar estigmas sociais. A interseccionalidade, nesse sentido, oferece uma lente analítica fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais se articulam e condicionam as experiências de exposição digital infantil (Crenshaw, 1991; Collins, 2019).

A produção acadêmica sobre sharenting tem avançado no reconhecimento dos riscos à privacidade e ao bem-estar de crianças expostas por seus responsáveis em plataformas digitais. No entanto, ainda há lacunas importantes no que se refere à análise das desigualdades sociais que atravessam essa prática. A maior parte dos estudos é



centrada em grupos de países do Norte Global, com forte recorte de classe média branca, o que limita a compreensão dos diferentes modos pelos quais famílias socialmente vulnerabilizadas experienciam e mobilizam o sharenting em seus cotidianos (Lazard, 2022; Blum-Ross & Livingstone, 2017).

Populações historicamente marginalizadas — como mães solo, mulheres negras, povos indígenas, famílias com crianças com deficiência e moradores de periferias urbanas — enfrentam múltiplas camadas de exclusão social, o que impacta não apenas o acesso e uso das tecnologias digitais, mas também os sentidos atribuídos à visibilidade online. Nessas realidades, o sharenting pode emergir como uma ferramenta de denúncia, reivindicação de cuidado ou construção de pertencimento, ao mesmo tempo em que aprofunda vulnerabilidades quando feito sem suporte ético ou institucional (Crenshaw, 1991; Collins, 2019).

Este subprojeto justifica-se, portanto, pela necessidade de produzir conhecimento situado e eticamente engajado sobre como desigualdades estruturais modulam as práticas e percepções do sharenting. Ao lançar mão de uma abordagem interseccional e qualitativa, pretende-se não apenas dar visibilidade a experiências negligenciadas, mas também contribuir para a formulação de políticas públicas, práticas educativas e estratégias comunicacionais mais sensíveis às realidades de grupos socialmente vulnerabilizados, ampliando o debate sobre justiça digital e bioética da proteção.

Este subprojeto, portanto, visa explorar criticamente como fatores sociais estruturantes influenciam a prática do sharenting e as percepções sobre privacidade e proteção da infância em grupos socialmente vulnerabilizados. Ao adotar uma abordagem qualitativa e interseccional, pretende-se dar visibilidade a vozes pouco representadas no debate público e acadêmico, contribuindo para a formulação de políticas mais sensíveis às desigualdades digitais e à promoção de uma ética do cuidado orientada pela justiça social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 DELINEAMENTO

Este subprojeto adota uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, fundamentada na interseccionalidade (Crenshaw, 1991; Collins, 2019) e na bioética da proteção (Kottow, 2004). O estudo será orientado pela metodologia de entrevistas semiestruturadas e análise temática de conteúdo (Bardin, 2011), com o objetivo de compreender os sentidos, práticas e percepções relacionadas ao sharenting em grupos socialmente vulnerabilizados.

2.2 PARTICIPANTES

A amostragem será teórica e intencional, com seleção de participantes que representem diferentes marcadores de vulnerabilidade, incluindo:

- Mães solo e chefes de família;
- Mulheres Negras e indígenas;
- Famílias de crianças com deficiência;
- Moradores de periferias urbanas e territórios rurais ou tradicionais.

Serão entrevistados(as) responsáveis legais por crianças (pais, mães, avós, tutores), com ênfase em suas experiências com a exposição infantil em ambientes digitais. O número de entrevistas será definido pelo critério de saturação teórica.

Procedimentos de coleta:



As entrevistas serão realizadas presencialmente ou por videoconferência, conforme a acessibilidade dos participantes, com gravação em áudio e posterior transcrição literal. O roteiro abordará temas como práticas de uso das redes sociais, motivações para compartilhar imagens dos filhos, percepções sobre riscos, proteção e privacidade, e experiências de julgamento ou acolhimento nas redes.

Análise dos dados:

As transcrições serão organizadas no software NVivo 15. A análise temática será conduzida em três etapas: (1) leitura flutuante e codificação inicial por dois pesquisadores; (2) construção colaborativa de categorias analíticas a partir de elementos empíricos e teóricos; (3) interpretação à luz da interseccionalidade e da bioética da proteção. Será realizada triangulação por múltiplos pesquisadores e revisão cruzada para garantir validade e coerência analítica.

Aspectos éticos:

O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicesumar. Todos os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com garantia de anonimato, confidencialidade e possibilidade de retirada a qualquer momento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este subprojeto pretende contribuir com evidências empíricas sobre como o sharenting é vivenciado, significado e praticado por grupos historicamente vulnerabilizados, considerando os atravessamentos de classe, raça, gênero, deficiência e território. Espera-se identificar formas específicas de exposição digital de crianças que fogem aos padrões hegemônicos retratados pela literatura e que respondem a contextos de invisibilidade social, busca por apoio, denúncia ou reafirmação identitária.

A análise interseccional dos dados deverá revelar como desigualdades estruturais moldam não apenas o acesso às tecnologias, mas também os sentidos da parentalidade digital e os riscos associados à exposição infantil. Espera-se ainda mapear experiências de julgamento, silenciamento ou resistência por parte dos responsáveis, bem como estratégias alternativas de cuidado, proteção e reivindicação de direitos em contextos digitalizados.

Os achados poderão subsidiar políticas públicas sensíveis às especificidades de grupos vulnerabilizados, além de orientar práticas profissionais, educativas e comunicacionais que promovam a equidade digital e o respeito aos direitos da criança. Pretende-se, por fim, fomentar o debate bioético sobre proteção e justiça social frente aos desafios da parentalidade em tempos de plataformas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sharenting, fenômeno em expansão na contemporaneidade, evidencia a necessidade de regulamentações e estratégias educacionais eficazes para a proteção e promoção da saúde entre crianças e adolescentes expostos ao ambiente online. O aumento da conscientização dos pais sobre práticas responsáveis nas redes sociais demanda a colaboração entre educadores, legisladores e profissionais de tecnologia, visando minimizar riscos sem comprometer os benefícios das interações digitais. Além disso, a elaboração de políticas públicas e a implementação precoce da educação digital são fundamentais para assegurar os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>.



BLUM-ROSS, Alicia; LIVINGSTONE, Sonia. Sharenting, parent blogging, and the boundaries of the digital self. *Popular Communication*, v. 15, n. 2, p. 110–125, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15405702.2016.1223300>.

CATALDO, Ilaria et al. From the cradle to the web: the growth of “sharenting”—a scientometric perspective. *Human Behavior and Emerging Technologies*, 2022. Artigo n. 5607422, 12 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2022/5607422>.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade. Organização de Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro/Polén, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/28624>.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>.

EBERLIN, Larissa. Sharenting: o compartilhamento da imagem dos filhos na internet. *Revista Brasileira de Direito da Criança e do Adolescente*, v. 18, n. 2, p. 63–87, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4821/0>.

KOTTOW, Miguel H. Vulnerabilidade, autonomia e bioética. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 5, p. 1249–1254, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000500020>.

LAZARD, Lisa. Digital mothering: sharenting, family selfies and online affective-discursive practices. *Feminism & Psychology*, v. 32, n. 4, p. 540–558, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09593535221083840>.